

Mailson nega que o Brasil queira voltar à moratória

20 JAN 1990

GAZETA MERCANTIL

por Fátima Belchior
do Rio

"Não nos move a intenção de confrontar os credores de retornar à moratória de 1987, nem de usar o câmbio como instrumento de pressão política. Queremos ter um relacionamento adulto e adequado com os credores." A declaração foi feita, ontem, pelo ministro da Fazenda, Mailson Ferreira da Nóbrega, a um grupo de empresários que foi à Confederação Nacional do Comércio (CNC) ouvi-lo falar do Plano Verão.

Pouco antes de sua palestra, numa rápida conversa com os jornalistas, Ferreira da Nóbrega insistiu em que continuará pagando os juros da dívida — já na próxima quarta-feira, por exemplo, deverá pagar cerca de US\$ 500 milhões. E admitiu que só recorrerá à moratória se as reservas, cambiais chegarem a um "nível crítico". Sobre esse número, ou mesmo do valor atual das reservas não falou: "Estão em nível adequado, seguro, satisfatório", disse.

"Quero desmentir qualquer notícia de que o Brasil estaria trabalhando a moratória", declarou também o ministro numa coletiva, após assinar com o governador do estado do Rio, Wellington Moreira Franco, convênio no sentido de que seja cumprido o congelamento de preços. Segundo Ferreira da Nóbrega, a centralização do câmbio foi

uma medida de cautela, um instrumento para proteger as reservas do País; e o não pagamento de juros, nesta semana, foi resultante de problemas operacionais. Dessa vez, ele também não afastou de todo a hipótese da moratória: "Só poderemos recorrer a essa medida extrema se esses recursos não vierem", disse, referindo-se a empréstimos em negociação com o Banco Mundial, com o governo japonês e mais US\$ 1,2 bilhão com bancos comerciais.

Ferreira da Nóbrega negou, também, que o governo brasileiro esteja reivindicando um empréstimo-ponte ao governo norte-americano. "Desenvolve-

divulgados pela Cacex não são, necessariamente, o indicativo do que entrou no País.

JUROS

Tanto na palestra da CNC, que lhe ocupou menos de meia hora, como na Confederação Nacional da Indústria (CNI), onde ficou por três horas, Ferreira da Nóbrega comunicou que as taxas de juro não ficarão elevadas por longo tempo ou ao longo do ano, pois se assim for acabarão por afetar o processo de investimento do País. "Os 25% deverão ser mantidos pelo tempo que for necessário. O que precisamos é de uma política austera, que funcione como a coadjuvante da política fiscal que estamos implementando", disse o ministro sem revelar, em que prazo e de quanto será a redução das taxas de juro.

Aos empresários, Ferreira da Nóbrega transmitiu alguns recados, depois de reconhecer que o programa econômico recém-adotado não pretende ser perfeito: "Esperamos resistir às pressões"; acomodar o que exige reparos; e pilotar a política fiscal e monetária para que sejam criadas condições de sucesso". Aos jornalistas, comunicará, pela manhã, que o governo será rigoroso nas punições aos que não seguiram as linhas definidas agora. Mas não aplicará a lei de delinqüência econômica, pois não resultou de um consenso no governo.